

ATA N ° 04/ AM /2014

**ATA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA VINTE E SETE DE JUNHO DE DOIS MIL E CATORZE** -----

-----  
Aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e catorze, reuniu pelas vinte e uma horas, na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

**-----ORDEM DO DIA: -----**

- 1. Expediente**-----
- 2. Atas**-----
- 3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL**-----
- a) Versão final da proposta de alteração ao Plano de Urbanização de Santiago do Cacém (PUSC);**-----
- b) Segunda Revisão ao Orçamento da Despesa de dois mil e catorze.**-----
- 4. ATIVIDADE AUTÁRQUICA**-----

-----  
**Efetuada a chamada verificou-se estarem presentes os membros:** -----  
Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Ricardo Campos da Silva Rico, Jorge Manuel Mata Magrinho, Marina Patrícia Basílio Pedro, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, António João Antunes Isidoro, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, José Manuel Guerreiro Neves, Nelson José Bento Raposo, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, Vera Lúcia da Costa Violante, Joana Margarida Ganço Filipe, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel C. Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata. -----

-----  
**Não compareceram os membros:** Maria da Conceição Pinela Pereira, Igor Filipe Almeida Guerreiro e Joaquim António Gonçalves. -----

-----  
**Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal,** Álvaro dos Santos Beijinha e dos senhores vereadores M<sup>a</sup> Margarida Costa R.C. Santos, Daniela Filipa Cópio Martins, Norberto Valente Barradas, Francisco Carrajola de Sousa, e Albano Joaquim Mestre. -----

**-----ANTES DA ORDEM DO DIA:-----**

**MANDATO 2013/2017 – ACEITAÇÃO DE FUNÇÕES**-----  
A Senhora Presidente procedeu à verificação da identidade e legitimidade do Senhor HUGO MANUEL REIS LOPES FERREIRA, eleito nas listas do PS- Partido Socialista, em conformidade com o previsto no n.º 3 do artigo 44.º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

Em seguida, o Senhor Hugo Manuel Reis Lopes Ferreira procedeu à leitura da declaração formal de aceitação das funções na Assembleia Municipal que jurou cumprir com lealdade. -----

#### **SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

A Senhora Presidente deu conhecimento de que o membro da Assembleia Municipal, Senhor Joaquim António Gonçalves, eleito da CDU e Presidente da União de Freguesia de S. Domingos e Vale de Água, se fazia representar na presente Sessão, pelo seu substituto legal, Senhor Virgílio Francisco Matos Gonçalves. -----

#### **REQUERIMENTO** -----

Pelo Senhor João Pereira, eleito do PS, foram apresentadas à Mesa da Assembleia as seguintes questões, em conformidade com o previsto no artigo 29º do Regimento: -----

“1. Quais as associações culturais que pediram subsídio e apoio económico à Câmara Municipal em 2013 e 2014? -----

2. Quais as associações culturais que viram aprovados os apoios solicitados?-----

3. Quais os valores entregues, discriminadamente, a cada associação cultural que pediu apoio em 2013 e 2014? -----

4. Quais são os critérios de atribuição dos referidos subsídios/apoios económicos?-----

5. Que nos sejam entregues os planos de atividades de cada associação de 2013 e 2014 e relatórios de contas. -----

6. Se foi entregue algum abaixo-assinado à Câmara Municipal da população de Cercal do Alentejo sobre a poluição provocada pela empresa “Glowood”. Caso a resposta seja positiva, qual a posição da Câmara sobre o assunto?-----

7. Quais as obras físicas previstas concretizar com base no Orçamento de 2014 e onde se vão verificar as mesmas? -----

8. Quais os custos contratuais das bandas “Amor Eletro”, “Boss AC” “The Gift” e “Berg”, bem como os gastos com a alimentação, alojamento e deslocação dos grupos e dos seus acompanhantes? -----

A Senhora Presidente referiu que as informações requeridas serão solicitadas ao Executivo Municipal.-----

#### **MOÇÃO – FAM** -----

**Pelo Senhor João Alberto Guerreiro, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de Moção: -----**

**“MOÇÃO**-----

**(FAM – Fundo de Apoio Municipal) -----**

**O Governo remeteu à Assembleia da República a Proposta de Lei 232/XII, aprovada em Conselho de Ministros de 5 de junho, que estabelece o regime jurídico da recuperação financeira municipal e regulamenta o FAM – Fundo de Apoio Municipal. Este Fundo, previsto na Lei das Finanças Locais (Lei 73/2013, de 3 de setembro), carecia, desde então, de um diploma próprio que estabelecesse as regras conducentes à sua operacionalização, nomeadamente, estrutura, termos e condições de capitalização e funcionamento. -----**

**O documento, agora apresentado para discussão na Assembleia da República, prevê que o FAM se cifre nos 650 milhões de euros, dos quais 455 milhões (setenta por cento) caberão aos Municípios e os restantes trinta por cento ao Governo. ----**

**Concretizando o impacto desta medida na realidade local, a comparticipação obrigatória do Município de Santiago do Cacém para o FAM é estimada em**

1.818.590 euros, distribuídos em cinco anos, a partir já de 2015, resultando numa tranche anual de cerca de 360 mil euros. -----

A desproporção da contribuição exigida aos municípios é ainda mais gritante quando se verifica a existência de verbas disponíveis no PAEL, o Programa de Apoio à Economia Local, anterior instrumento de recuperação financeira das autarquias que consistia num empréstimo de mil milhões de euros. -----

Além do grande esforço exigido a todos os municípios, o FAM surge enquadrado por um pacote de medidas que tolhe, de forma dramática, a autonomia dos Municípios que a ele recorrerem, numa ingerência sem precedentes do Governo no Poder Local Democrático, sufragado pelas populações, que vai do aumento de taxas, tarifas e preços dos serviços prestados à limitação da atividade e à redução do serviço público. -----

Somos, assim, levados a concluir que o FAM, nos moldes em que se afigura, será mais um “presente envenenado”: para os municípios em dificuldades, constituirá uma troca injusta, condenando autarcas a uma limitação na concretização dos seus programas e as populações a uma diminuição da qualidade de vida; para os restantes municípios, constituirá um acréscimo pesado aos orçamentos, que, no entanto, em nada contribuirá para o desenvolvimento local. -----

Apesar das situações de carência de recursos financeiros vividas, atualmente, por alguns municípios, não podemos esquecer que, para tal, muito contribuíram os cortes sucessivos nas transferências do Orçamento de Estado para os municípios, a redução da sua participação nos impostos do Estado, a imposição de novas competências sem o acompanhamento dos respetivos meios ou o não pagamento pelo Governo de serviços prestados pelas autarquias. -----

Convicta de que a presente Proposta de Lei atenta contra a autonomia do Poder Local Democrático, consagrada na Constituição da República Portuguesa, e contrariamente ao que a designação “Fundo de Apoio Municipal” indica, conduzirá os Municípios a um novo patamar de deterioração da sua situação financeira e do serviço público prestado, em áreas tão importantes para o quotidiano das famílias, como a educação ou os serviços de água e resíduos sólidos urbanos, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, a 27 de junho delibera: -----

1. Recusar liminarmente o conteúdo da Proposta de Lei 232/XII, na medida em que não assegura a justa repartição dos encargos entre os Municípios e o Governo, contrariando os interesses dos territórios e das suas comunidades, constitui uma grave ingerência na gestão municipal e põe em risco a estabilidade de Municípios com a situação financeira equilibrada, num esforço, embora solidário, desproporcional e desajustado às suas possibilidades e responsabilidades no campo da coesão social nacional. -----

2. Reivindicar a negociação séria e plural com os Municípios de medidas de reequilíbrio financeiro, em respeito pela autonomia do Poder Local Democrático, pelo serviço público de qualidade e pelos direitos das populações. -----

3. Exigir a alteração da Lei das Finanças Locais, de modo a assegurar: -----

- a defesa da recuperação da capacidade financeira dos Municípios; -----

- a reposição da autonomia administrativa e financeira, *restringida agora de forma que atenta a Constituição da República*; -----

- o aperfeiçoamento de instrumentos de saneamento financeiro já existentes e a discussão de propostas já apresentadas, como -----

a) reposição do IMT como receita municipal; -----

b) o reforço da participação dos Municípios nos impostos do Estado, repondo o valor de 25,3% da média aritmética da receita provenientes do IRS, do IVA e do IRC; -----

c) a densificação do instrumento de saneamento financeiro, com a introdução do processo negocial direto com os credores, incluindo os bancos, através da negociação de montantes, prazos e juros, abrangendo expressamente a intermediação financeira;-----

d) a disponibilização pelo Estado de recursos financeiros, incluindo a prestação de garantias, como complemento do processo de renegociação com os credores e de financiamento bancário para o saneamento financeiro; -----

e) o estabelecimento de um Plano de Reequilíbrio Financeiro, que aponte soluções que permitam resolver o desequilíbrio financeiro, sem onerar as populações e sem pôr em causa o funcionamento pleno dos serviços públicos e da atividade municipal. -----

f) a revogação da Lei dos Compromissos e dos pagamentos em atraso. -----

4. Dar conhecimento da presente Moção a: -----

- Senhor Presidente da República;-----
- Senhor Primeiro Ministro;-----
- Senhora Ministra de Estado e das Finanças; -----
- Grupos Parlamentares;-----
- Associação de Municípios Portugueses;-----
- Associação de Municípios da Região de Setúbal.”-----

A partir deste momento, eram vinte e uma horas e quarenta minutos, verificaram-se as presenças do Senhor Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos e da Senhora Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, eleitos do PSD. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta de Moção para discussão. -----  
Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, sugerindo que no item segundo do ponto três, fosse acrescentada a seguinte frase: “... *restringida agora de forma que atenta a Constituição da República;*”. Alteração que mereceu o acordo dos proponentes.-----  
Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, referindo que este assunto estava na ordem do dia e que o mesmo tinha sido discutido, na semana anterior, na Assembleia da República. Mais informou que foram constituídas duas equipas, uma do Governo e outra da Associação de Municípios Portugueses – ANMP, para negociarem a proposta apresentada pelo Governo, a qual previa uma comparticipação de setenta por cento por parte dos municípios na constituição do FAM e de trinta por cento por parte do Governo, sendo que, no âmbito das negociações as equipas terão chegado a um entendimento que consistia numa participação igual de cinquenta por cento, o que representa para os municípios um esforço de zero vírgula sete por cento das suas receitas, acrescentando que mesmo que a comparticipação dos municípios fosse de setenta por cento esse esforço não ia além de um vírgula dois por cento das receitas, sendo que as comparticipações serão superiores por parte dos municípios maiores, os quais arrecadam mais receitas de impostos. -----

Acrescentou que, estranhamente, o Secretário-geral da ANMP veio, posteriormente, dizer que a Associação não aceitava a proposta a que se tinha chegado no âmbito da discussão havida, pelo que, as negociações prosseguiram, sendo que as informações de que dispunha apontavam no sentido de um acordo, o qual estava dependente somente da questão do IVA que é pago pelos municípios e do alargamento do prazo de capitalização

do Fundo para mais dois anos, o que se traduzirá num esforço menor para os municípios fazerem a capitalização das unidades de participação. -----

Referiu também que era preciso ter em conta que vinte e nove municípios se encontram em rotura financeira e dois em falência técnica, enquanto alguns municípios têm uma situação financeira invejável, apesar de os cortes terem sido para todos, porque souberam gerir melhor os seus recursos.-----

Concluiu, referindo que era importante que esta medida fosse concretizada, como aconteceu com o PAEL – Programa de Apoio à Economia Local, ao qual alguns municípios recorreram, entre os quais, cinco municípios geridos pela CDU. Instrumento que permitiu o pagamento aos fornecedores locais. Acrescentou que se trata de um Fundo permanente de ajuda aos municípios com dificuldades e que era importante perceber que todos os municípios serão remunerados através da capitalização dos juros pelas unidades de participação. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, referindo que as receitas das autarquias tem vindo a ser flageladas com vários impostos, com o aumento do IVA da iluminação pública, a situação do IMT e IMI, e a diminuição das receitas em geral, sendo neste quadro de esforço que o Governo, *na sua bondade*, lhes vem propor que participem em cinquenta por cento daquele Fundo, quando, inicialmente, tinha proposto que essa participação fosse de setenta por cento, tendo a ANMP, apesar da redução da participação, recusado as duas propostas, segundo o que foi dito, pelo que lhe parecia que este assunto estava mal explicado. -----

Interveio o Senhor José Sucena, referindo que os eleitos da CDU tinha uma posição de princípio sobre este assunto, porque entendiam que não tinha de ser criado, à força, um fundo de solidariedade entre os municípios que cumpriram e os que não cumpriram, acrescentando que o próprio Governo tem repetido que não podem ser tratados de forma igual os cumpridores e os incumpridores. -----

Mais referiu que esta medida se traduzirá numa diminuição de mais trezentos e cinquenta mil euros anuais nas receitas da Câmara Municipal, a juntar a um conjunto vasto de fundos que tem vindo a ser retirados aos municípios. -----

Referiu ainda que o PAEL compreendia uma verba de mil milhões de euros, dos quais só terão sido utilizados seiscentos milhões, pelo que não compreendia a razão por que o Governo não recorria aos cerca de quatrocentos milhões disponíveis para apoiar os municípios com dificuldades, em vez de estar a sobrecarregar ainda mais os municípios, retirando a estes capacidade para servir os seus munícipes. -----

Acrescentou que todos prezam a solidariedade, mas que a solidariedade não devia ser cumprida desta forma, dando como exemplo a situação da Câmara Municipal do Alandroal, agora gerida por eleitos da CDU, a qual herdou uma dívida superior a quatro ou cinco vezes o seu orçamento anual, não indo a mesma pedir às outras autarquias os meios financeiros para resolver o problema. -----

Concluiu, referindo que deve ser o Poder Central, o qual arrecada o total dos impostos e retira receita aos municípios, a disponibilizar os meios para resolver a situação daqueles que estão em dificuldade. -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos esclareceu que no âmbito das negociações entre as partes tinha havido acordo no que respeitava à percentagem igual na constituição do Fundo, e ao alargamento do prazo inicialmente proposto, de cinco para sete anos. -----

Relativamente ao PAEL, recordou a posição muito crítica da CDU contra a sua criação, ao qual cinco municípios geridos por esta Força Política acabaram por recorrer, considerando que a sua decisão foi positiva, na medida em que permitiu que os fornecedores recebessem as dívidas com mais de noventa dias. -----

Mais referiu que a Administração Central também foi solidária noutras situações, nomeadamente com o Município de Setúbal que tem sido governado pela CDU e também o foi pelo PS, sendo o primeiro município a pedir um empréstimo para fazer face a uma situação financeira difícil.-----

Acrescentou que gestores bons e maus existem em todos os partidos e que era preciso ter a capacidade de perceber que deve existir solidariedade entre os diferentes organismos, porque apesar dos cortes terem sido para todos, houve os que não conseguiram realizar uma boa gestão, de forma a obterem o equilíbrio nos resultados.--  
Referiu ainda que era preciso perceber que o Fundo é uma pessoa coletiva que visa resolver problemas estruturais e que, neste caso, os municípios vão ser remunerados com base nas unidades de participação.-----

Referiu também que não tinha sido o Governo a gerir as autarquias que gastaram dinheiro a mais do que podiam, mas irá participar, tendo em conta a solidariedade institucional que deve existir. -----

Concluiu, referindo que a proposta em causa era um decalque do projeto apresentado pelo PCP, o qual fora rejeitado também pelos autarcas deste Partido, no âmbito da ANMP. -----

Acrescentou que era necessário um esforço de ambas as partes que prosseguem as negociações sobre este assunto, no sentido de chegarem a um entendimento, informando também que por parte dos municípios a reivindicação que fazem tinha a ver com o pagamento do IVA dos transportes e refeições escolares, bem como da iluminação pública. Matérias que terão de ser discutidas no âmbito do Orçamento de Estado. -----

Interveio o Senhor Jaime Cáceres, eleito da CDU, começando por referir que este tipo de discurso era atual, mas que o mesmo tinha vindo a ser repetido pelos sucessivos governos que não cumpriram com as transferências para as autarquias locais. Governos cuja política financeira não tinha em conta a realidade e os serviços que as autarquias prestam às populações, dando como exemplo uma recente solicitação da Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL) às juntas de freguesia, com a indicação nomeadamente do número de trabalhadores, habilitações, remunerações mensais, trimestrais e semestrais, e com prazo de resposta até ao final do mês em curso, bem como a advertência de que se o mesmo não for cumprido serão retirados dez por cento das transferências das freguesias em causa, quando sabem que as freguesias não têm pessoal qualificado e não têm chefias, sendo o Presidente e outros membros do Executivo que tem de assumir essas funções, considerando que não era desta forma que se ajudava as autarquias. -----

Questionou, por que razão não era criado um Fundo para ajudar as autarquias que tem dificuldades?-----

Perguntou também onde estava a solidariedade dos sucessivos governos para com as autarquias, as quais trabalham para a causa pública, realizando obras a custos quatro vezes mais baixos do que as que são adjudicadas pela Administração Central, quando os custos de pessoal das obras por administração direta das autarquias tinham que ser contabilizados nas despesas correntes, enquanto as que são dadas por empreitada entravam nas despesas de capital. -----

Acrescentou que os governos do PSD e também do PS tem vindo a dizer que é mau gastar dinheiro com os recursos humanos e que os bons gestores são aqueles que dispensam pessoal, entregando os serviços a empresas privadas. Mais referiu que as autarquias querem manter os recursos humanos e continuar a fazer obra ao serviço da causa pública, não compreendendo também por que razão as autarquias têm de pagar IVA por serviços que são prestados às populações.-----

Concluiu, referindo que *na política temos que ser sérios* e que o Governo não se pode preocupar só com a política financeira, não se importando com o desenvolvimento económico do País, para além de apostar em medidas que visam acabar com o Poder Local Democrático. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, referindo que o Senhor Pedro do Ó Ramos na sua intervenção transmitiu a ideia de que a fonte de todos os problemas financeiros do Poder Local tinha origem na má gestão, sendo da única e exclusiva responsabilidade dos autarcas, considerando que esta questão não podia ser apresentada de forma tão simplista, embora soubesse que este discurso de denegrir a gestão autárquica era muito importante para a agenda do PSD, mas não era cientificamente rigoroso, acrescentando que a concentração de empresas e de população na proximidade de centros urbanos produzem efeitos diretos nas receitas municipais, pelo que, não se podiam comparar municípios como Almada com outros municípios do interior e do norte do País, onde a situação é mais complexa, também pela ausência de medidas que contribuam para a resolução dos problemas, não tendo a ver com a capacidade de gerir as autarquias. -----

Mais referiu que era preciso cuidado com este tipo de discurso, porque tinham de ser tidas em conta outras variáveis, pesasse embora a vontade de denegrir aquela que é uma conquista do 25 de Abril, relativamente à qual devia haver muito respeito. -----

O Senhor José Sucena referiu que importava saber se existia ou não a folga de cerca quatrocentos milhões de euros do PAEL, porque se assim for não haverá por parte do Estado qualquer esforço financeiro na situação em causa, ao contrário do esforço acrescido que está a ser exigido aos municípios. -----

Acrescentou que o Estado tinha sido solidário com outras situações, nomeadamente com o Senhor Alberto João Jardim, para tapar buracos financeiros na Região Autónoma da Madeira, onde foram construídas rotundas por todo o lado, festejados carnavais e lançados enormes fogos de artifício. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento de que participou numa reunião, em Évora, no âmbito da Associação Nacional de Municípios Portugueses – ANMP, onde esta matéria foi amplamente discutida. -----

Mais informou que a redução das transferências para os municípios, entre dois mil e dez e dois mil e treze, tinha sido na ordem de um milhão e trezentos mil euros, ao qual acrescia o aumento do IVA da iluminação pública que, em dois mil e doze, passou de seis para vinte e três por cento, correspondendo a uma verba que ronda os trezentos mil euros anuais, a mais, no Município de Santiago do Cacém. -----

Em relação ao PAEL, referiu que se tratava de um Programa constituído com um empréstimo da Tróica, cujas verbas não foram totalmente aproveitadas, existindo perto de quatrocentos milhões de euros que podiam servir para ajudar os municípios em situação financeira difícil. Acrescentou que o FAM prevê que estes municípios participem também com uma verba, o que irá agravar ainda mais a sua situação. -----

Referiu também que no seio da ANMP existiam posições divergentes, de autarcas das diferentes forças políticas, sobre esta matéria, os quais discordam deste Fundo por considerarem que se trata de uma obrigação do Estado e porque algumas regras do mesmo não respeitam o princípio da autonomia do Poder Local, tal como aconteceu com o PAEL, dado que vai ser criada uma figura que pode por em causa as decisões das assembleias municipais nesta matéria, substituindo assim um órgão democraticamente eleito. -----

Referiu ainda que o objetivo fundamental deste FAM era acabar com um conjunto de municípios do País através da sua asfixia financeira, de forma a deixarem de ter

condições para pagar salários e para prestar serviços às populações, obrigando à fusão de alguns deles. -----

Acrescentou que a contribuição de alguns municípios no âmbito daquele Fundo atinge vinte e cinco por cento da verba do FEF que recebem. -----

Concluiu, referindo que o Poder Local era uma das conquistas mais importantes da democracia portuguesa e do 25 de abril de 1974. -----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos referiu que sobre o Poder Local Democrático não recebia lições de ninguém, e muito menos de um partido, o BE, que só geriu um município, o qual já perdeu, acrescentando que o seu partido, o PSD, foi quem teve mais eleitos e geriu mais autarquias no País, nos últimos trinta e oito anos. Mais referiu que o PSD defende o Poder Local Democrático, mas que não confundia este facto com a questão da competência e a responsabilidade dos eleitos, independentemente dos partidos a que pertencem, não afirmando que todos têm sido exemplares, assim como o Estado Português não o foi ao deixar hipotecar metade da sua riqueza, obrigando a um pedido de ajuda externa. -----

Acrescentou que não eram os municípios do interior do País que estavam em piores condições financeiras, mas sim municípios do Litoral e com Turismo, como era o caso de Portimão e Peniche, e outros com grandes centros urbanos, como o Seixal, bem como Alcochete que, embora seja um Município pequeno, se situa próximo da Lisboa. Mais considerou que a situação tinha a ver com a capacidade de gestão dos autarcas, porque a redução financeira foi para todos e houve os que cumpriram e conseguiram equilibrar as contas e outros não. -----

Referiu ainda que o Estado tinha que ajudar, e ajudava, mas que era objetivamente importante e até pedagógico para os municípios que estão em dificuldade perceberem que existe solidariedade e que, tendo também de contribuir para o Fundo, no futuro irão ter mais cuidado na gestão. -----

Voltou a referir a importância do PAEL na ajuda aos municípios, de todas as cores políticas, com dificuldades financeiras muito graves, e o facto de cinco municípios geridos por autarcas do PCP terem aderido ao mesmo, apesar de tudo o que fora dito pelo Partido contra o mesmo, assim como outras medidas que estão a ser tomadas por autarcas da CDU, contra as quais estiveram contra, na Assembleia da República, como é o caso do Município de Loures que está a propor rescisões amigáveis, tendo em conta a difícil situação que encontraram. -----

Mais informou que não existia verba do PAEL disponível. -----

Referiu ainda que a agregação de municípios terá de ser feita mais cedo ou mais tarde, tendo em conta a pequena dimensão de alguns. -----

Acrescentou que a última Reforma Administrativa datava do Século XIX, pelo que, deverá haver capacidade de abordar esta questão, com toda a calma e sem precipitações, no sentido de se proceder a uma nova reforma, apesar dos portugueses serem, de uma maneira geral, ideologicamente conservadores, de não gostarem de questionar e resistirem à mudança, embora depois da aplicação das medidas se venham a adaptar.----

Acrescentou que o FAM vai ajudar os municípios tal como aconteceu com o PAEL e vai permitir a solidariedade entre os mesmos, tal como terá que ser feito com a questão do preço da água, o qual deverá aumentar no Litoral para permitir uma redução do mesmo nos municípios do interior do País. -----

Referiu ainda que era também importante assinalar que a economia do País estava a crescer, havia dez meses consecutivos, e que o número de desempregados tinha vindo a diminuir, independentemente do fator emigração. -----



Acrescentou que nos últimos três anos a taxa de desemprego passou de doze vírgula seis para catorze vírgula seis por cento, a qual considerava elevadíssima. Contudo, recordou que, em dois mil e cinco, numa conjuntura económica mais favorável e em que o Governo dispunha de excesso de liquidez, aquela taxa passou de sete vírgula seis para doze vírgula seis por cento. -----

Concluiu, referindo que não considerava que os outros eleitos fossem menos sérios por discordarem da sua opinião, acrescentando que nunca se tinha dirigido aos membros da Assembleia Municipal dessa forma. -----

O Senhor Jaime Cáceres esclareceu que quando se referiu à necessidade de haver seriedade nas intervenções, tinha somente a ver com as abordagens políticas, não tendo chamado de menos sério a ninguém pessoalmente. -----

Acrescentou que mais uma vez o Senhor Pedro do Ó Ramos não foi sério politicamente quando afirmou que o povo português era conservador e que os eleitos das autarquias também eram conservadores relativamente à mudança, quando quem não quis a Regionalização foi o PSD. Mais referiu que também não era séria e era errada a abordagem política relativamente à Reforma Administrativa do Estado ao se começar pela extinção de freguesias. -----

Referiu ainda que ninguém, até à presente data, demonstrara que a Regionalização era melhor ou pior para País, considerando que para o Litoral Alentejano o facto de não haver Regionalização era pior, porque no Município de Sines estava instalada a empresa que mais exportava no País, assim como outras empresas importantes, cujos impostos ficavam em Lisboa. -----

Concluiu, questionando para quando a discussão sobre a Regionalização e, neste caso, quem eram os conservadores? -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos referiu que, em democracia, era engraçado observar que quando a mesma servia para ganhar eleições diziam que o Povo decidia bem, mas quando o Povo votava contra uma determinada proposta a sua escolha era colocada em causa. -----

O Senhor Jaime Cáceres recordou que o Alentejo votou a favor da Regionalização, acrescentando que o País perdeu com o resultado geral da votação. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta de Moção** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezoito votos a favor, sendo dezassete dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, Vera Lúcia da Costa Violante, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel C. Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, e um da Senhora Joana Margarida Ganço Filipe, eleita do BE. -----

Seis abstenções, dos senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Ricardo Campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Nelson José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante, eleitos do PS. -----

Três votos contra, dos senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, António João Antunes Isidoro, e da Senhora Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, eleitos do PSD. -----

-----  
**MOÇÃO – SERVIÇOS PÚBLICOS** -----

Pelo Senhor José Sucena, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de Moção:-----

**“MOÇÃO-----**

**Considerando:-----**

**1. Que desde há muito que a estratégia do governo de destruição e encerramento de serviços públicos se baseia no envolvimento forçado das autarquias, às quais, todavia, têm vindo a ser retirados cada vez mais meios financeiros, para assumirem responsabilidades até aqui da competência do poder central;-----**

**2. Que a chamada “administração de proximidade” que o governo pretende concretizar com a intitulada “estratégia para a reorganização dos serviços de atendimento da administração pública” mais não é do que sacudir a responsabilidade do Estado e encerrar repartições de finanças, serviços de segurança social, centros de emprego, repartições de registo predial e civil, e outros, isolando populações, reduzindo a qualidade e dificultando a prestação do serviço público, empobrecendo territórios, promovendo despedimentos;-----**

**3. Que tal estratégia apenas pretende, esquecendo as pessoas, diminuir custos até agora do poder central e transferi-los para as autarquias que deveriam assumir os custos com pessoal, consumíveis, água, gaz, eletricidade e comunicações, segurança e limpeza, manutenção dos equipamentos, além de disponibilizar instalações adequadas, bem como o ónus do serviço prestado. Centralizando todos os serviços agora existentes e disseminados pelo município, num único, pomposamente chamado “espaço do cidadão”;-----**

**A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em sessão ordinária a 27 de junho de 2014, delibera:-----**

**a) Manifestar a sua frontal oposição à estratégia que o Governo pretende desenvolver contra as pessoas e o território, através da centralização dos atuais serviços públicos num único balcão de atendimento;-----**

**b) Reiterar a sua posição de defesa do serviço público de qualidade e descentralizado no interesse das pessoas e do desenvolvimento do território.”-----**

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão.-----

Interveio o Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, referindo que os pressupostos da Moção não estavam corretos, porque os serviços de Finanças não iam encerrar. Acrescentou que existia uma a proposta do Governo que estava a ser analisada, para depois ser discutida com os parceiros, a qual vai no sentido de implementar serviços de proximidade.-----

Mais referiu que no Memorando de Entendimento assinado com a Tróica estava previsto o encerramento de serviços das Finanças, de acordo com o proposto pelo Governo PS, mas que isso não ia acontecer, porque o Governo PSD se tinha imposto contra essa medida que a Tróica acabou por a deixar passar.-----

Mais referiu que muitas pessoas já utilizavam a internet para tratar dos seus assuntos com o fisco, mas existia a noção, por parte do Governo, de que os serviços de atendimento direto ao público continuavam a ser necessários, embora não com tantos funcionários, aos quais terão que ser atribuídas outras funções, sendo que na proposta em análise se prevê a concentração de serviços e a prestação de alguns serviços de forma itinerante, para uma maior proximidade às populações, permitindo desta forma que as pessoas se desloquem a um só local para tratar de vários assuntos, bem como a rentabilização do pessoal da Administração Central e das Autarquias.-----

Referiu ainda que quando se tratou do encerramento de estações dos Correios, passando algumas a prestar vários serviços, tendo a Estação dos Correios de Santiago do Cacém

sido pioneira nesta matéria, também foram levantadas muitas questões relativas à confidencialidade, possíveis falhas de sigilo e reservas quanto à qualidade do serviço. Contudo, não tem havido problemas. -----

Voltou a referir que se tratava de uma proposta que será discutida com os parceiros e que serão tidos em conta os contributos que forem dados, tal como aconteceu no ano anterior, no referente ao encerramento de escolas, em que foi respeitada, quase integralmente, a posição das Autarquias, ao contrário do que aconteceu no Governo do PS. -----

O Senhor José Sucena referiu que a razão que determinou a posição do Governo do PSD sobre esta matéria, sobretudo no que dizia respeito ao encerramento de repartições de Finanças, tinha a ver com o movimento *feroz* contra esta medida, dos autarcas do norte do País eleitos nas listas daquele Partido. Ações que todos puderam ver através das televisões. -----

Relativamente à centralização dos serviços num mesmo espaço, considerou que o Governo o que pretendia era passar o odioso dos serviços que funcionam mal para as autarquias, as quais teriam que arranjar os espaços e suportar os encargos da prestação dos mesmos, nomeadamente dos serviços de Finanças, Predial, Civil, Emprego, enquanto a Administração Central se limitaria a fornecer o equipamento e a dar formação, sendo este o reforço e a dignidade que o Governo considera que está a dar às autarquias, passando para as mesmas as suas responsabilidades. -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos referiu que aceitaria este discurso se a transferência de serviços não viesse acompanhada da respetiva componente financeira. -----

Acrescentou que todos defendiam o reforço das competências do Poder Local e que não cabia na cabeça de ninguém que só fossem passados os encargos sem as devidas contrapartidas. -----

Mais referiu que se tratava de uma proposta que deverá ser presente à Assembleia da República, estando a mesma a ser discutida no Conselho Económico e Territorial, onde existe um amplo consenso sobre o assunto. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento de que recebeu um ofício do Senhor Secretário de Estado da Modernização Administrativa sobre a *Rede de Espaços do Cidadão*, o qual reportava ao Projeto-Lei 74/2014, de 13 de maio, e continha, em anexo, entre outros documentos, uma Minuta de Protocolo onde estão estabelecidos os encargos e outras condições de ambas as partes, sendo que à Câmara Municipal competiria nomeadamente a disponibilização e adaptação de espaços, o pessoal e os consumíveis, e ao Governo a definição dos requisitos técnicos, o equipamento inicial de *hardwer* e *softwer* e a formação do pessoal. Acrescentou que se tratava de uma proposta formal cujos requisitos constavam no diploma acima indicado.

O Senhor Pedro do Ó Ramos referiu que aquele diploma permitiu a aplicação do modelo em causa nos municípios de Mafra e de Lisboa, mas que se trata de uma matéria que tinha de ser discutida e aprovada na Assembleia da República. Mais referiu que era natural que os autarcas se preocupassem, dado desconhecerem as questões financeiras inerentes a esta medida, considerando prematuro afirmar que o assunto iria ficar nos termos indicados. -----

O Senhor José Sucena referiu que o conteúdo do ofício do Senhor Secretário de Estado que foi remetido a várias câmaras municipais tinha como base o articulado do diploma referido, questionando se ia ser pedida a retificação do mesmo à Assembleia da República. -----

A Senhora Joana Filipe referiu que gostaria de saber qual o sentido que fazia a apresentação de uma proposta que, supostamente, refletia a posição do proponente, não contendo a correspondente componente financeira.-----

O Senhor Pedro do Ó Ramos referiu que no seu Partido havia divergências de opinião ao contrário de outros em que o mesmo não acontece. -----

Relativamente à proposta do Governo sobre a matéria em discussão, referiu que aquele Diploma existia, mas o assunto teria ainda que ser discutido na Assembleia da República. -----

Acrescentou que a proposta remetida pelo Senhor Secretário de Estado não era peremptória e que os municípios estão sendo convidados para a discutir, sendo que muitos municípios a estavam a aceitar, dado que alguns têm dificuldade na colocação de pessoal noutros serviços, e que a mesma permite uma maior dinamização local, numa lógica de racionalização. -----

Recordou que havia alguns anos que vinha a ser pedida uma Loja do Cidadão para Santo André e que, agora, perante uma proposta do Governo que contempla uma política de proximidade, incluindo a prestação de serviços itinerante que não será prestada pelas autarquias, mas sim pelos Serviços da Administração Central, é levantada a questão do encerramento de serviços, quando o que está previsto é a concentração dos mesmos. ----

Referiu ainda que o modelo proposto tem vindo a ser implementado na Europa. -----

Interveio novamente a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, começando por esclarecer que exercia o seu mandato a título pessoal, acrescentando que pensava que o Senhor Pedro do Ó Ramos, depois de partilhar consigo várias sessões da Assembleia Municipal, já se teria apercebido da sua capacidade de discordar, a qual exercia frequentemente. ----

Voltou a referir que do ponto de vista lógico não percebia como é que o proponente, o Governo, não tinha incluindo na proposta em causa a componente financeira. -----

Referiu ainda que não existia excesso de pessoal nos municípios, até porque, estavam impedidos de recrutar pessoas para os seus quadros. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta de Moção** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezoito votos a favor, sendo dezassete dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, Vera Lúcia da Costa Violante, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel C. Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, e um da Senhora Joana Margarida Ganço Filipe, eleita do BE. -----

Seis abstenções, dos senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Ricardo Campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Nelson José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante, eleitos do PS. -----

Três votos contra, dos senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, António João Antunes Isidoro, e da Senhora Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, eleitos do PSD. -----

#### **MANUTENÇÃO DO CAMINHO MUNICIPAL 1085** -----

O Senhor António Isidoro, eleito do PSD, referiu que na última sessão ordinária da Assembleia Municipal, entre outros assuntos, tinha pedido que fosse colocado um espelho parabólico no final da via do loteamento da Aldeia de Santo André de acesso ao CM 1085, devido a problemas de segurança, por falta de visibilidade naquele local.

Acrescentou que até agora o espelho não tinha sido colocado, questionando se o motivo era de ordem financeira.-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que a passou ao Senhor Vereador Albano Pereira, com competências delegadas nesta matéria, o qual informou que aquele espelho ainda não tinha sido colocado devido ao atraso no seu fornecimento.-----

### **CERCAL DO ALENTEJO – FALTA DE MÉDICOS** -----

O Senhor António Albino, eleito da CDU, informou que desde o início do mês de maio, data em que o médico Cubano que prestava serviço naquela Freguesia foi de férias, não havia médicos para assistir a população, tendo conhecimento de que aquele médico terá regressado de férias, mas não voltou para o Cercal. -----

Questionou se o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha mais informações sobre este assunto.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que no âmbito do Protocolo estabelecido entre o Estado Português e o Estado Cubano foram colocados treze médicos cubanos no Litoral Alentejano, dos quais cinco deixaram de prestar serviços ao abrigo daquele Acordo.-----

Mais referiu que a Senhora Presidente da Unidade Local de Saúde (ULS) lhe transmitiu que a situação estava muito complicada, sendo que o Hospital do Litoral Alentejano (HLA) tinha em curso processos de contratação de médicos, através de uma empresa, no sentido de resolver o problema o mais depressa possível, embora considerasse que esta não era a melhor solução para resolver o problema. -----

Acrescentou que a Administração do Hospital estava com muitas dificuldades na resolução deste problema, para o qual concorria negativamente todo o processo burocrático que tem de enfrentar para o recrutamento de profissionais de saúde e de outro pessoal, sendo que para além de médicos, necessitam também de mais dezanove enfermeiros, enfrentando também outra situação muito grave que é a falta de cinquenta e três auxiliares. -----

Informou também que reunira com o representante da Ordem dos Médicos do Alentejo, onde abordaram a questão da falta de médicos. -----

Recordou ainda que na reunião da CIMAL com o Senhor Ministro da Saúde e dois Secretários de Estado lhes foi transmitido que o problema iria ser resolvido, com a abertura de concursos para a colocação de médicos. Contudo, acrescentou que outro problema que se colocava é que ao serem abertas vagas para a periferia e para os grandes centros urbanos, estes profissionais optavam por ficar nas grandes cidades. Por outro lado, acrescentou que parecia existir algum desconhecimento por parte do Ministério da Saúde relativamente aos locais onde a situação de falta de médicos é mais grave.-----

Informou também que mais de sessenta por cento dos utentes do Município não têm médico de família. -----

Relativamente à situação da Freguesia do Cercal do Alentejo, com uma população de cerca de três mil e quinhentas pessoas, sem médico desde maio, informou que a Câmara Municipal estava a acompanhar a situação, recomendando aos membros da Assembleia Municipal, de todas as Forças Políticas, que colocassem esta situação aos seus Grupos Parlamentares, como a Câmara Municipal já fez, no sentido dos mesmos ajudarem na resolução de tão grave problema que se reflete nos cuidados de saúde das populações e consequentemente no seu bem-estar e qualidade de vida.-----

## **CERCAL DO ALENTEJO – FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DA SEGURANÇA SOCIAL** -----

O Senhor António Albino informou que a Junta de Freguesia acordou com a Segurança Social a cedência de espaço na Sede da mesma, a custo zero, para garantir o funcionamento daqueles serviços, acrescentando que, no passado mês de abril, a responsável da Segurança Social informara que aqueles serviços iam passar a funcionar só dois dias por semana, tendo a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal discordando desta decisão, não tendo a mesma sido concretizada. Contudo, foram novamente informados de que aquela medida entrará em vigor a partir do mês de agosto do ano em curso, com o argumento de que a procura não justificava o funcionamento dos Serviços, cinco dias por semana. -----

Mais informou que, no mês de dezembro de dois mil e treze, a Segurança Social tinha deixado de prestados serviços de tesouraria. -----

Acrescentou que os eleitos daquela Freguesia discordavam da decisão da Segurança Social, posição que têm reiterado junto dos responsáveis, porque são muitos municípios prejudicados, não só da Freguesia, mas também utentes das freguesias limítrofes, do Município de Odemira, que recorrem àqueles serviços, porque ficam mais perto do que a Sede do seu Município. -----

Questionou também se o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha mais alguma informação sobre este assunto. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal recordou que, havia cerca de dois anos, a Segurança Social tinha pedido à Junta de Freguesia de Cercal do Alentejo, a cedência de espaço para o seu funcionamento, ao qual a mesma acedeu para que não se corresse o risco daqueles serviços encerrarem. Acrescentou que no final do ano transato recebeu um ofício da Senhora Diretora da Segurança Social, dando conta da intenção dos serviços encerrarem alguns dias da semana, tendo sido comunicado àquele entidade que as autarquias não aceitavam esta medida. Em resposta foi dito que iriam manter os cinco dias de funcionamento e que mais adiante o assunto seria novamente discutido. -----

Mais informou que esta situação tinha sido abordada, em abril, próximo das eleições, após as quais o assunto voltou novamente a ser colocado e nos mesmos termos, considerando que esta situação não era aceitável, porque quem sofria com estas medidas eram, mais uma vez, as populações. -----

Referiu ainda que situação similar se passara com os Correios, em que, nalguns casos, estes passaram os serviços para as freguesias mediante uma pequena contrapartida de quatrocentos euros a qual depois foi reduzida para trezentos euros, o que foi contestado pelas autarquias, acabando as mesmas por serem confrontadas com o encerramento do serviço caso não aceitassem as condições impostas. -----

Concluiu, referindo que a Câmara Municipal ainda não foi informada formalmente sobre o encerramento daqueles serviços, e que as autarquias não o deverão aceitar. -----

Acrescentou esperar que o Governo não venha depois dizer que os serviços encerraram por culpa da Câmara Municipal. -----

## **CONCLUSÃO DAS OBRAS NA A26/IP8 E REGULARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE CIRCULAÇÃO NA ER 261-5 – PONTO DE SITUAÇÃO.** -----

O Senhor José Sucena questionou sobre a evolução deste assunto depois da Assembleia Municipal Extraordinária e da marcha lenta realizadas no passado mês de maio, em Santo André. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que, passados poucos dias daquelas iniciativas, na véspera de eleições, o que pode ter sido ou não coincidência, o Senhor

Presidente das Estradas de Portugal comunicou através de órgãos da Comunicação Social que tinham chegado a um acordo com o Concessionário, indicando o mês de julho, para o reinício das obras. -----

A Senhora Joana Filipe perguntou se, posteriormente àquelas iniciativas, tinha havido algum contacto do Senhor Presidente da Câmara Municipal com o Senhor Presidente das EP. -----

O Senhor Presidente informou que não tinha havido mais contactos com o Presidente das Estradas de Portugal e que apenas tinha tido conhecimento oficiosamente que estaria a ser feito um esforço, por parte daquela empresa, no sentido das obras serem retomadas ainda no mês de junho do ano em curso. -----

Acrescentou que não queria acreditar que o anúncio do recomeço daquelas obras tenha sido feito por questões de agenda política, porque isso seria enganar a população do Litoral Alentejano e um completo desrespeito pela mesma. -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos referiu que quem fazia política era o Governo e não a empresa Estradas de Portugal, acrescentando estar perfeitamente convencido que, depois de dois anos de negociações com o Consórcio, tinha sido por causa da manifestação de protesto que se tinha chegado a um acordo entre as partes para recomeço das obras. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, considerando que o tipo de comentário proferido merecia alguma resposta, porque os munícipes tinham dado a cara naquelas iniciativas, lutando por uma causa, não merecendo o tom jocoso da parte de um membro da Assembleia Municipal. -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos referiu que não era um tom jocoso mas sim irónico, por considerar que todos percebiam que, passados dois anos de uma negociação que envolvia uma empresa privada e uma empresa pública, não era por causa de uma manifestação que as mesmas chegaram a um acordo. -----

Interveio o Senhor Jorge Magrinho, eleito da CDU, referindo que para algumas pessoas não era fácil reconhecer que as situações são, algumas vezes, resolvidas pela união e luta das populações, acrescentando que quando as pessoas se juntam e lutam pelos seus direitos as empresas e o Governo têm de voltar atrás nas suas decisões, sendo claro que foi por causa da manifestação que o responsável das EP veio fazer aquele anúncio aos órgãos da Comunicação Social. -----

Mais referiu que só lutando os escravos deixaram de o ser e que, a situação que se estava a viver iria mudar quando as pessoas perceberem que o poder está nas suas mãos. -----

## **MOÇÃO – NOVO MAPA DOS AUXÍLIOS ESTATAIS -----**

**Pelo Senhor Pedro do Ó, em representação dos eleitos do PSD, foi apresentada a seguinte proposta de Moção: -----**

**“MOÇÃO -----**

**O novo mapa dos auxílios estatais, com finalidade regional para 2014-2020, aprovado na semana passada pela Comissão Europeia, aumenta o número de municípios onde serão possíveis ajudas a qualquer tipo de empresa, sendo que Portugal atribui prioridade máxima à discriminação positiva a favor das PME, uma vez que são elas que constituem a base do tecido económico do país. -----**

**As empresas de todos os concelhos da Península de Setúbal – Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal – passam a poder receber ajudas de Estado e ter acesso aos fundos comunitários regionais. -----**

**A Comissão Europeia tem competência exclusiva em relação ao regime de auxílios de Estado. De acordo com as normas europeias, os auxílios de Estado são, em regra, proibidos enquanto elementos que distorcem a concorrência entre agentes -----**

económicos. As exceções a esta regra foram propostas pelas secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional e da Inovação Investimento e Competividade, que procuraram ao longo do processo maximizar os resultados das negociações, quer em termos de montantes, quer em termos de condições para aplicação das políticas. O plano dos apoios para Portugal, que entrou em vigor no dia 1 de junho e prolonga-se até 31 de dezembro de 2020, define quais as regiões do país elegíveis para ajudas ao investimento regional, no quadro das regras de ajudas estatais da União Europeia, e estabelece os níveis máximos de ajuda para as empresas nas regiões elegíveis.-----

Esta é uma decisão acertada e necessária para o desenvolvimento económico da região, e que repõe justiça, em especial para as PME do distrito que estavam incluídas na Área Metropolitana de Lisboa e por isso excluídas no acesso a estes fundos. -----

Há muito que a Comissão Política Distrital de Setúbal tem levantado esta questão, que agora obteve uma resposta favorável aos interesses da região e das suas empresas, aumentando assim a sua capacidade competitiva. -----

A Assembleia Distrital de Setúbal, reunida em 24 de junho de 2014, congratula-se com a decisão de considerar elegíveis as empresas sediadas na Península de Setúbal para o acesso a estes apoios. -----

Sendo esta medida, que há muito era desejada pela região, em particular pelo seu tecido empresarial, um instrumento fundamental para o desenvolvimento e para a criação de emprego no distrito, o PSD regozija-se por ter sido um governo liderado pelo PSD a torna-la realidade.”-----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o Senhor José Sucena, eleito da CDU, referindo que lhe agradava a notícia que a Moção trazia, de que finalmente iria haver algum apoio da União Europeia a empresas do Distrito de Setúbal, mas não lhe agradava o facto de aqueles apoios não abrangerem o Município de Santiago do Cacém e o Litoral Alentejano, daí considerar que este não era o lugar certo para apresentar esta proposta de Moção. -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos referiu que já tinha votado moções de todo o tipo na Assembleia Municipal, sobretudo sobre política internacional, considerando curioso que, existindo relações comerciais de empresas do Município com empresas do norte do Distrito que poderão beneficiar os trabalhadores, para além do facto desta medida corrigir injustiças de anos, impedindo as empresas do Distrito de aceder àqueles fundos, se viesse dizer que este não era o lugar adequado para discutir o assunto, quando nesta Assembleia se discutia tudo sobre o mundo.-----

Acrescentou que estava em causa a solidariedade para com o Distrito e o facto das pequenas e médias empresas da região poderem beneficiar daquela medida.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta de Moção** a votação, a qual foi **rejeitada, por maioria**, com **catorze votos contra** dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel C. Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito e Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata. -----

**Nove abstenções**, sendo cinco dos eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Reis Lopes Pires Ferreira, Ricardo Campos da Silva Rico, João Filipe Rodrigues da Silva Pereira, Nelson José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante, três dos eleitos da CDU,



senhores Jorge Manuel Mata Magrinho, Joaquim António Gamito e Rui Manuel C. Madeira dos Santos, e uma da eleita do BE, Senhora Joana Margarida Ganço Filipe, eleita do BE. -----

**Quatro votos a favor**, sendo três dos eleitos do PSD, senhores Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos, António João Antunes Isidoro, e da Senhora Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, e um da Senhora Marina Patricia Basílio Pedro, eleita do PS. -----

## -----ORDEM DO DIA:-----

### **1. Expediente**-----

A Senhora Presidente deu conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços Administrativos da Assembleia Municipal, desde o mês de abril até ao mês de junho de dois mil e catorze, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número dez, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

### **2. Atas**-----

A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação a **ata nº 02**, da Sessão Ordinária de 11 de abril de 2014, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e três votos a favor, sendo dezassete dos eleitos da CDU, três de eleitos do PS, dois de eleitos do PSD e um da eleita do BE, e quatro abstenções, dos senhores Hugo Ferreira e João da Silva Pereira, eleitos do PS e do Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, por não terem estado presentes, e uma da Senhora Marina Pedro, eleita do PS.-----

A Senhora Presidente colocou para discussão e aprovação a **ata nº 3**, da Sessão Extraordinária de dezassete de maio de 2014, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e um votos a favor, sendo quinze dos eleitos da CDU, quatro de eleitos do PS, dois de eleitos do PSD e um da eleita do BE, e seis abstenções, dos senhores José Neves e Virgílio de Matos, eleitos da CDU, do Senhor Hugo Ferreira e João da Silva Pereira, eleitos do PS e do Senhor Pedro do Ó Ramos, eleito do PSD, por não terem estado presentes.-----

### **3. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

#### **--- a) Versão final da proposta de alteração ao Plano de Urbanização de Santiago do Cacém (PUSC);**-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte **“PROPOSTA: 1-** Aprovar a proposta final de alteração por adaptação, correção e retificação do PUSC, nos termos dos artigos 93.º, 96.º, 97.º e 97.º-A do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo DL-380/99 de 22/09.\*-----

**2-** Submeter à aprovação da Assembleia Municipal a referida versão final da proposta de alteração ao PUSC, em conformidade com o disposto no artigo 79.º, n.º 1 do RJIGT e o artigo 25.º n.º 1, alínea h) da Lei n.º 75/2013 de 12/09. -----

**3-** Remeter a nova versão do PUSC para publicação, publicitação e depósito nos termos previstos nos artigos 83.º-A, 148.º n.º 5 a 8 e 150.º do RJIGT. -----

**FUNDAMENTOS: 1-**Foi deliberada em Reunião de Câmara de 16/06/2011, a abertura do procedimento de alteração ao Plano de Urbanização de Santiago do Cacém (PUSC), bem como a abertura do período de participação pública, para recolha de sugestões e informações. A deliberação foi publicada em Diário da República, 2.ª série, aviso n.º 13721/2011 de 05/07. ---

**2-**Decorrido o período de participação pública, procedeu-se à elaboração da proposta de alteração, sendo a mesma remetida à CCDRA para o respetivo acompanhamento, nos termos previstos no artigo 75.º C do RJIGT. Esta entidade em 04/09/2013 promoveu uma conferência

de serviços, da qual resultaram propostas e orientações manifestadas pelas entidades envolvidas, que foram contempladas no texto do regulamento e nos elementos cartográficos. ---

**3-**Em 19/12/2013 foi submetida e deliberada em Reunião de Câmara a proposta de alteração ao PUSC, bem como a abertura do período de discussão pública, para recolha de reclamações, observações e sugestões, em conformidade com o disposto no artigo 77.º do RJIGT. -----

**4-**A abertura do período de discussão pública foi publicada em Diário da República, 2.ª série-n.º 17, de 24 de janeiro de 2014 e divulgada na página eletrónica do município. Procedeu-se há disponibilização de todos os elementos escritos e cartográficos elaborados no procedimento de alteração ao PUSC, na Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística e na sede da União das Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra, para consulta dos interessados. -----

**5-**As alterações introduzidas ao PUSC, foram elaboradas ao abrigo do disposto nos artigos 93.º, 96.º, 97.º, 97.º-A do RJIGT e, em síntese, consistiram em: -----

-Correção de lapsos de cálculo e erros materiais sobretudo ao nível da representação cartográfica; -----

-Eliminação de todas as matérias que, à luz do disposto no artigo 91.º do RJIGT, apenas devem fazer parte do conteúdo material de um Plano de Pormenor (PP) e não de um PU; -----

-Adaptação aos Decretos Regulamentares n.ºs 9/2009, 10/2009 e 11/2009, de 29 de maio; -----

-Adaptação ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e ao Plano Diretor Municipal (PDM) nas redações em vigor; -----

-Introdução do tema “riscos naturais e tecnológicos”, em articulação com o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Santiago do Cacém (PMEPCSC). -----

**6-**Concluído o período de discussão pública, foi elaborada a versão final da proposta de alteração ao PUSC, nos termos previstos no artigo 77.º n.º 8 do RJIGT, a qual está instruída com os elementos legais previstos e que constam de: -----

**a) Elementos fundamentais:** -----

i. Relatório de Fundamentação; -----

ii. Regulamento do Plano; -----

iii. Planta de zonamento, à escala 1:5000; -----

iv. Planta de condicionantes, à escala 1:5000; -----

**b) Elementos complementares:** -----

i. Relatório de fundamentação; -----

ii. Planta de enquadramento, à escala 1: 10 000; -----

iii. Planta de limite de zona e setor, à escala 1:5000; -----

iv. Planta de qualificação funcional de solo, à escala 1:5000; -----

v. Planta de estrutura ecológica, à escala 1:5000; -----

vi. Planta de Riscos e vulnerabilidades, à escala 1:5000; -----

vii. Planta de perímetro urbano (existente/proposto), à escala 1:5000; -----

viii. Planta de limite de zona e setor (existente/proposto), à escala 1:5000; -----

**7-** A versão final da proposta de alteração ao PUSC é submetida a deliberação de Câmara e bem como à aprovação da Assembleia Municipal, em consonância com disposto nos artigos 79.º n.º 1 do RJIGT, artigo 25.º n.º 1 alínea h) e artigo 33.º n.º 1 alínea a) e alínea ccc) da Lei n.º 75/2013 de 12/09. -----

**8-** Após aprovação da versão final do PUSC, proceder-se-á à sua publicação em Diário da República, 2.ª série, bem como à sua publicitação e depósito na DGOTDU, nos termos do disposto nos artigos 148.º, 149.º e 150.º RJIGT. “ -----

\*Documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número onze, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, a Senhora Presidente colocou a **proposta**, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezassete votos a favor, dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias

Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel C. Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio Gonçalves. Dez abstenções, sendo seis dos eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Pires Ferreira, Ricardo Campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro, João Filipe da Silva Pereira, Nelson José Bento Raposo e Vera Lúcia da Costa Violante, três dos eleitos do PSD, senhores Pedro do Ó Ramos, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, e uma da eleita do BE, Senhora Joana Margarida Ganço Filipe.”-----

-----  
**--- b) Segunda Revisão ao Orçamento da Despesa de dois mil e catorze.**-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Aprovar a Segunda Revisão ao Orçamento da Despesa de Dois Mil e Catorze.\* -----

**FUNDAMENTOS: Um** – De acordo com o ponto 8.3.1 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de fevereiro. -----

**Dois** – Conforme disposto na alínea a) do nº. 1 do artigo 25º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.” -----

\*Documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número doze, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

A Senhora Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Intervieram os senhores Hugo Ferreira e João Pereira, eleitos do PS, solicitando alguns esclarecimentos sobre a constituição e o passivo da empresa Município. -----

O Senhor Pedro do Ó Ramos perguntou se não era possível, do ponto de vista jurídico, a denúncia por parte do Município, para não prolongar a situação, tendo em conta o não aproveitamento do serviço, sem esperar pela extinção da empresa. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que se tratava de uma empresa de serviços de cartografia, sediada no Município de Oeiras, constituída por vários municípios, da qual o Município era acionista com uma quota diminuta, acrescentando que se não a conseguir vender terá que aguardar pelo processo de extinção da mesma. --

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, a Senhora Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezassete votos a favor, dos eleitos da CDU, senhores Paula Maria Daniel de Melo Lopes, José Élio Sucena, João Alberto Machado Guerreiro, Jorge Manuel Mata Magrinho, Teresa Maria Sotta Lopes Dias Lucas Alves, José Manuel Guerreiro Neves, Isabel Maria Borges Gonçalves Contente, Joaquim António Gamito, João Saraiva de Carvalho, Rui Estevam de Matos, Rui Manuel C. Madeira dos Santos, António Albino, Carlos Jorge Canário Parreira, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Pedro Miguel C. Pereira Gamito, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata e Virgílio Gonçalves. Nove abstenções, sendo cinco dos eleitos do PS, senhores Hugo Manuel Pires Ferreira, Ricardo Campos da Silva Rico, Marina Patrícia Basílio Pedro, João Filipe da Silva Pereira e Vera Lúcia da Costa Violante, três dos eleitos do PSD, senhores Pedro do Ó Ramos, António João Antunes Isidoro e Ana Raquel Varela Hilário da Cunha Nunes, e uma da eleita do BE, Senhora Joana Margarida Ganço Filipe.”-----

O Senhor Nelson Raposo, eleito do PS, não esteve presente na votação.” -----

-----  
**4. ATIVIDADE AUTÁRQUICA**-----

A Senhora Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou a “Informação sobre a atividade da Câmara Municipal nos meses de

março a abril de dois mil e catorze”, documento que é dado como reproduzido na presente ata com o número treze, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

A Senhora Presidente colocou o documento para discussão. -----

Interveio a Senhora Joana Filipe, eleita do BE, referindo que na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada no mês de abril, em Alvalade, tinha questionado sobre a evolução do número de casos sociais identificados no Município, relativamente à qual não obteve ainda resposta. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Senhor Vereador Norberto Barradas, com competências delegadas na área social, o qual informou que de dois mil e dez para dois mil e onze se verificou um aumento de casos que se situou nos nove por cento, de dois mil e onze para dois mil e treze, houve um aumento de trinta por cento, de dois mil e doze para dois mil e treze, não houve oscilação nos valores e de dois mil e treze até à presente data houve um aumento de cinquenta e quatro por cento, correspondendo a noventa e cinco casos. Informou ainda sobre as percentagens de casos por freguesia, sendo que os indicadores mais elevados correspondiam às freguesias com maior número de habitantes, indicando também as tipologias dos casos sinalizados, os quais se enquadravam nomeadamente, em situações de negligência e abandono escolar. -----

#### **PRESIDÊNCIA NAS FREGUESIAS** -----

Interveio o Senhor Jaime Cáceres, referindo que na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Santo André e em nome da CDU, se congratulava com a decisão da Câmara Municipal de promover a presidência nas freguesias, considerando que esta era a forma correta de fazer política; indo ao terreno conhecer a realidade, estabelecendo uma maior proximidade com os cidadãos, em geral, conhecer de perto o tecido empresarial, o movimento associativo, a educação e a cultura, visitar obras realizadas e detetar erros cometidos, para proceder à sua correção, ficando assim melhor preparados para dar respostas no futuro e para prestar apoio às populações que vivem um momento complicado, resultante das medidas de restrições que tem vindo a ser tomadas e que também tem criado muitas dificuldades às autarquias. -----

Acrescentou que os eleitos da CDU acreditavam que com vontade e com os recursos humanos que existem se poderá dar resposta às situações, falando verdade às populações, e tirando as devidas ilações das ações positivas e negativas. -----

Concluiu, felicitando o Executivo Municipal pela iniciativa. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pelo Senhor Primeiro Secretário a relação, em **minuta**, das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em ata. -----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pela Senhora Presidente. Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade**. -----

Os trabalhos foram declarados encerrados pela Senhora Presidente, eram vinte e três horas e dez minutos. -----

Desta Sessão se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_